

## **A “EDUCAÇÃO COLONIAL” DO SALAZARISMO PARA A ÁFRICA: UM DEBATE DAS CONDIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS ATUAIS**

**GISELDA BRITO SILVA\***

### **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas questões historiográficas acerca de abordagens da “Educação Colonial” do salazarismo, direcionada para legitimar e sustentar o colonialismo na África portuguesa, no período da Segunda Guerra. Nossa meta é mostrar algumas lacunas acerca de estudos que abordem as práticas discursivas de intelectuais e doutrinadores do regime, incluindo entre eles brasileiros, que reforçavam a "missão colonial" direcionada para a África portuguesa. No âmbito do tema e do período, conforme procuraremos destacar, diante do conflito de proporções mundiais e os crescentes temores de perda das colônias, Oliveira Salazar reforça os laços do colonialismo africano e reinveste em novas práticas educativas da juventude salazarista, contando para isto com a ajuda de intelectuais e católicos que circulavam entre Brasil e Portugal. Em princípio, não pretendemos limitar nossa análise às práticas políticas e discursivas do colonialismo para a África portuguesa (notadamente, Angola e Moçambique) com os lugares enunciativos de intelectuais, educadores e doutrinadores posicionados do lado do império português. Desta forma, também estaremos introduzindo em nosso debate posições e análises do Projeto da missão colonial salazarista pela ótica de intelectuais africanos, que também circulavam entre o Império e a África. Com isto, esperamos levar algumas contribuições aos estudos da África no século XX, visando ampliar os conteúdos de material didático da História da África em nossos dias.

---

\* Doutora em História pela UFPE, desde 2002. Pós-Doutorado pela Universidade de Lisboa (ICS-UL), em 2011. Atualmente é Docente da Graduação e Pós-Graduação em História da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco). A pesquisa é financiada com auxílio (Capital e Custeio) pelo Edital de Ciências Humanas, promovido pelo CNPq, através do Processo número 471129/2014-3.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas discursivas dos doutrinadores do Império português na África, durante a Segunda Guerra, com particularidade ao longo do regime salazarista. A meta é contribuir para estudos da política educativa do regime, conhecida como *educação colonial portuguesa em África*, enfocando principalmente Moçambique e Angola, no período do Estado Novo (1933-1945), através da análise discursiva e das práticas educativas dos doutrinadores do regime, observando e mapeando as práticas discursivas de intelectuais e católicos no Brasil.

No âmbito desta política educativa salazarista, é preciso analisar e conhecer, particularmente, como as propostas escolares e curriculares impostas pelo Império Português era recepcionada por Moçambique e Angola (num estudo comparado), considerando-se os interesses do Império frente às diferentes realidades e culturas das duas nações da África colonial portuguesa no século XX. Antes, porém, de adentrarmos no âmbito do impacto e recepção da proposta escolar e curricular nas nações em pauta, objeto de uma fase de nossa pesquisa, consideramos importante discutir, previamente, o *Projeto Político e Educativo na União Nacional* que se forma no Império português, destacando em princípio as determinações, legislações e orientações do regime de uma educação para a África. A meta tem sido analisar o entrelaçamento dos discursos do regime com os dos intelectuais, católicos e doutrinadores do regime no âmbito da Metrópole, e que também buscavam apoio num campo de discursividade e intelectualidade que partia da ex-colônia brasileira.

Com isto, entendemos que trazemos para o debate novas perspectivas de contribuições para a historiografia que subsidia as disciplinas de História da África Contemporânea e da Cultura Afro-brasileira. Isto porque ainda são escassos os trabalhos da relação Portugal-Brasil-África no campo da “Educação Colonial”, cujos objetivos centrais era preservar politicamente as colônias, não apenas durante a Segunda Guerra, mas, ao longo de todo o século XX, ainda que neste trabalho vamos nos focar no período da Guerra, quando ocorre um reforço da política de educação colonialista. Conforme pretendemos abordar ao longo de nossa pesquisa, é neste período que se

inicia um plano de formação escolar para as colônias que procurasse não apenas proteger das ameaças externas ao império português, mas também promover o sustento econômico das colônias, que se tornavam mais onerosas do que lucrativas no período. Para adentrar nesta história, contudo, precisamos de um mapeamento historiográfico do que se produziu sobre o tema e abordagem a fim de situar nossa contribuição.

Como se sabe, já há uma relativa produção historiográfica brasileira, acerca das relações Portugal-África-Brasil para os séculos XV-XIX. Para o século XX, contudo, ainda há muito o que se estudar e discutir em termos do projeto educativo salazarista para a África, resultando em carências de produções de conhecimento mais sistematizado do período e abordagem que dê suporte, principalmente, à disciplina de História da África Contemporânea. Por outro lado, o tempo presente do historiador, perpassado de novos caminhos e possibilidades propiciados pelos novos acessos aos arquivos digitais disponíveis na internet, convidam-nos a aceitar o desafio de percorrer de Portugal para a África, passando pelo Brasil dentro de uma nova dinâmica de pesquisa.

Observe-se que os arquivos de Oliveira Salazar estiveram até recentemente, pensando-se em termos de tempo histórico, restritos a apenas um grupo de pesquisadores portugueses, ainda assim com dificuldades de acessos dadas as legitimidades que o regime recebeu, e ainda recebem em alguns espaços, dentro de instituições de pesquisa portuguesas. Ainda não se pode dizer que as fontes históricas existentes deste período e temática estejam liberadas e acessíveis a todos. Como se sabe os acessos às fontes ainda é um percurso complicado em várias instituições de pesquisas, ainda mais de temas muito próximos e perpassados pela memória viva de muitos dos seus personagens, alguns saudosistas do regime.

O historiador do tempo presente, contudo, tem várias possibilidades de adentrar nos fatos passados, hoje podendo, além de lidar com fontes físicas e já consagradas, bater um papo virtual com seus personagens, trocar com eles umas ideias acerca dos resultados da política dos tempos de Salazar e seus doutrinadores. Citamos como

exemplo os intelectuais africanos que também passaram a ter seus estudos e produção de conhecimento históricos circulando na internet. A ampliação das bolsas de pesquisa entre Brasil, Portugal e África também proporcionam novas condições a um número maior de pesquisadores brasileiros de várias regiões e instituições, permitindo que além da internet, estes pesquisadores tenham a oportunidade de visitar arquivos físicos e presenciais antes limitados aos portugueses, aos africanos e a apenas alguns intelectuais brasileiros. Desta forma, acreditamos que, diante das novas condições de produção da história, o tema e abordagem aqui defendidos ganham novas possibilidades, abrindo, portanto, novas perspectivas também para uma História da África Contemporânea, no campo da educação.

Por outro lado, é importante destacar que, ainda que a internet esteja em funcionamento desde meados da década de 1990, só muito recentemente, com as novas possibilidades de intercâmbios internacionais em redes sociais e de comunicação virtual, e aos novos acessos a documentais digitais via internet (muitos ainda em processos de digitalização), é que se tornou possível uma abordagem destas relações para o período do império português salazarista em relação à África colonial do século XX, a partir de certas regiões do Brasil. Mesmo para Portugal e outros espaços, a temática aqui proposta tinha seus limites até finais do século XX, como pudemos perceber por ocasiões de pesquisa *in loco*, por conta dos acessos restritos a certas fontes produzidas pelo salazarismo em virtude dos controles da informação no país de certos documentos, a exemplo dos arquivos da PIDE, que ainda envolvessem nomes de personalidades vivas e influentes.

Para a África, os limites são ainda maiores, apesar do que já se abriu para o campo de pesquisa histórica em termos de internet, considerando-se que muito do material da pesquisa aqui em pauta (documentos da educação colonial portuguesa do período salazarista) era produzido e arquivado por instituições do Império, havendo fragilidades quanto aos acessos das fontes produzidas a partir da África para a educação daquele período. Neste sentido, um diálogo com pesquisadores da África e mesmo portugueses que se dedicaram a estudar a África a partir dela mesma para o Império e o

mundo, constitui uma abordagem necessária para o tipo de contribuição que se pretende dar. Muitos estudos, contudo, ainda estão mais empenhados em tratar do império colonial em África a partir de uma abordagem política e econômica do regime, enfocando-se em particular a Política Nacional do Estado Novo, a Propaganda, ou o “Fim do Império”. Outro tema de grande interesse da historiografia portuguesa é a “Guerra Colonial e a Descolonização”.<sup>2</sup>

Além das lacunas portuguesas e brasileiras sobre o tema, ainda há as questões em relação à África que só recentemente assumiu uma posição sobre sua história, mesclada por guerras internas. Segundo Anderson Ribeiro Oliva (2003), não podemos ignorar “o fato de que após o processo de libertação das colônias africanas, ocorrido na segunda metade do século XX, com consequências até nossos dias, ocorreu uma expansão significativa das pesquisas realizadas sobre a história africana, tanto por africanistas como por historiadores dos países recém-formados”. Contudo, continua o autor, devido a problemas internos (as guerras) e ao descaso externo, esses países — falamos especialmente dos países africanos de língua portuguesa, tiveram alguma dificuldade em transportar para seus ensinamentos as inovações conquistadas por seus pesquisadores internos e externos.

Contudo, apesar das dificuldades e do recente incremento desta historiografia africana, já se pode visualizar algumas obras que abordam as colônias africanas a partir

---

<sup>2</sup> Estamos nos referindo ao campo da História e da Historiografia do tema. No campo da Educação, da Antropologia e da Sociologia há alguns estudos que enfocam o tema da educação colonial, mas, sempre a partir do Império, sem as recepções e reações. E, em geral, estão dedicados a Moçambique e a Angola de formas separadas. A partir de um pós-doutoramento em Portugal, ao longo do ano de 2011, foi-nos possível tomar conhecimento de uma série de autores que abordam o salazarismo e o império português em África, além de pesquisas na Torre do Tombo e outros Arquivos de Portugal, que nos permite afirmar que nossa perspectiva é uma contribuição. Muitos autores e obras de interesse aqui não citados, por uma questão de limites deste trabalho, fazem parte da base de nossos conhecimentos do regime salazarista, fruto dos estudos do pós-doutoramento e que pretendemos recorrer ao longo da pesquisa. No Brasil, já contamos com uma relativa produção em formas de artigos e obras sobre estudos africanos, alguns citados nas referências deste trabalho com indicação de acessos virtuais. Do lado português, temos uma infinidade de estudos sobre temas variados do Império Português e a África, mas, um que consideramos pertinente e orientador de nossa abordagem é o artigo de Jill Dias (1991) publicado na **Revista LER História**, 21, um dos poucos trabalhos que nos oferece um panorama historiográfico que ajuda a pensar os estudos do tema. Por outro lado, há algumas contribuições, contudo, ainda num campo de dispersão que tende a se avolumar sem uma sistematização que viabilize pesquisas iniciais.

de seus pesquisadores e documentos. José Luís Cabaço (2009), é um exemplo de pesquisador moçambicano que nos oferece outras possibilidades de olhar a relação luso-africana no século XX. Em sua Tese de Doutorado, no campo da Antropologia, intitulada “*Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*”, ele apresenta uma análise de Moçambique do tempo colonial até à Independência, enfocando aspectos da educação orientada por Portugal em diferentes momentos. O autor reforça nossas impressões sobre a carência destes estudos de um projeto educacional colonial para a África em razão das questões da Segunda Guerra. Interessante deste autor são suas considerações acerca da carência de estudos sobre intelectuais brasileiros, citando diretamente as “ideias luso-tropicalistas” de Gilberto Freyre e de padres jesuítas, que precisam ser melhor trabalhados para aprofundar a prática educativa do regime salazarista para a África colonial.

Em Portugal, há relativa produção sobre o salazarismo, ainda que representem uma historiografia muito recente dado o tempo histórico do fim do regime. Seus enfoques e abordagens, contudo, são muito focadas no olhar do “império” para a colônia, desconsiderando as fontes produzidas naqueles espaços e, mesmo quando consideradas, são utilizadas numa interpretação colonialista, apenas enfocando o percurso de fora para dentro. Em geral, também são estudos que se dedicam a analisar o discurso de Salazar, do regime e seus doutrinadores em suas pretensões colonialistas já conhecidas sem um aprofundamento das práticas cotidianas das instituições educativas do regime e que contaram com a colaboração de intelectuais brasileiros, tendo ainda reflexos em nossa própria educação e formação cultural do povo brasileiro.

Algumas obras do tema são produzidas por representantes intelectuais defensores de um catolicismo português militante, aliados e defensores do regime salazarista. Está no centro de seus discursos destacar a “missão civilizadora e salvacionista” do regime em África, como se sabe. Uma destas obras é a “Síntese Monográfica de Moçambique”, publicada em 1971, pela Agência Geral do Ultramar.

No quarto capítulo, o autor apresenta uma síntese da educação e ensino africanos, enquanto política colonial sob a responsabilidade dos missionários que deveriam ensinar não só a doutrina cristã, mas também a ler, escrever e ofícios (educação para o trabalho), em 1845 e 1869, objetivando uma “formação das comunidades rurais”, como se pode ler abaixo:

*As escolas primárias e postos escolares encontram-se por toda a Província. Em Lourenço Marques, Beira, Nampula e Quelimane existem escolas especiais para assistência a crianças deficientes. Há escolas técnicas e (ou) liceus em todas as capitais de distrito e outras localidades, como Namaacha, Manica, Vila Junqueiro, ilha de Moçambique, António Enes e Nacala. Na Universidade de Lourenço Marques funcionam os cursos dos diversos ramos de engenharia, medicina, veterinária, agronomia, economia, pedagógicas, matemática, física, química e biológicas. Em 1970 a frequência era já de 1700 alunos. (Discursos da Agência Geral do Ultramar, nos tempos de Marcelo Caetano. TT-Lisboa)*

Na obra, contudo, não há dados sobre a política de formação para exploração da mão-de-obra local para alimentar a economia portuguesa, como se pode imaginar os jesuítas procuram dar mais visibilidade à política colonial enquanto missão civilizadora e salvacionista, que sempre embasou seus discursos desde a primeira etapa colonial. Outro ponto não declarado pelo regime e seus intelectuais é em relação às estratégias e reações à política educativa nestas nações, implementadas por uma instrução paralela, mais de acordo com as realidades locais.

Sobre isto, temos, por exemplo, o trabalho de Manuel Brito Neto (2005), filho de Angola, e que desenvolveu uma pesquisa na Unicamp sobre como este processo de burlar e/ou desvios da política educativa da metrópole se deu em seu país. Na pesquisa, ele estuda as contradições principais, crise e derrocada do império colonial, nos anos entre 1956 e 1974 e, ao mesmo tempo, destaca aspectos da educação colonial, compreendida em sua abordagem como uma ação própria do sistema, cuja finalidade era transformar Angola em território de exportação de matérias-primas e mão-de-obra barata para a indústria dos países industrializados da Europa e seus aliados. Por outro

lado, também destaca a trajetória da implementação de uma educação de combate da hegemonia portuguesa, implementada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujos objetivos seria uma educação mais voltada para as massas populares de angolanos que estiveram até os anos 50 submetidos à dominação colonial portuguesa.

Portanto, ainda segundo o autor, a partir da década de 1950, surgiu no país as possibilidades de uma educação no âmbito interno que investiu na formação e mobilização da sociedade com objetivos de mudar os destinos do país e que se consolidam nos anos de 1974 e 1975, caracterizando-se por uma educação de reação à dominação. Seu trabalho é importante para nossos objetivos porque se situa entre aqueles que queremos conhecer a recepção da educação colonial salazarista proposta pelo regime e aquelas que se desenvolveram no interior do país, fruto da percepção e vontade de lutar pela liberdade, e que se tornam importantes para as lutas pela independência.

Estudo também relevante para nossa abordagem é a de José Marques Guimarães (2006) que, no seu seminário publicado sobre “A Política ‘Educativa’ do colonialismo português em África (1910-1974)”, destaca como principal novidade do regime salazarista, numa educação para as colônias africanas no século XX, o retorno da Igreja Católica ao campo das práticas de uma educação colonial, e que tinham sido afastada durante a Primeira República.

Para ele, se de um lado, a educação colonial promoveu um corte das ideologias republicanas e os malefícios dos seus professores leigos e despreparados para a missão de educar aquelas realidades, na outra ponta, observou-se o retorno do discurso de civilizar os “bárbaros”, base legitimadora da educação de nacionalista do regime em sua bandeira “missionária das tribos indígenas”, que encontrava respaldo na história do passado português e entre a intelectualidade católica e conservadora do Brasil. Esta visão era, particularmente, difundida em relação à Moçambique e Angola, alvos de maior interesse do Império Português no período, antes de se voltarem também para

Goa. (2006: 74-76). Na base desta educação estava um processo seletivo danoso que defendia uma educação para os africanos não “assimilados” e uma outra para europeus civilizadores, em nome de uma “educação nacional” para o “Império”, que escondia as práticas cotidianas de reprodução da discriminação.

Uma referência mais ligada a esta problemática é a já citada de José Luís Cabaço (2009). Segundo ele, depois de 1940, o “indígena” passaria a ser submetido a um sistema jurídico culturalmente complexo e alimentado pela base da educação destinada aos grupos e suas posições nas colônias. O sistema se reforça com o Estatuto dos Indígenas de Angola e Moçambique, em 1953. Pelo Estatuto, os “indígenas” passam a ser definidos como “indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido e vivendo nestes espaços coloniais não possuíam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais requeridos para se integrar na condição de cidadão português e seus direitos jurídicos. A partir daí, o sistema de ensino oficial para as colônias tinha por meta extirpar o colonizado da sua própria história e tradições, educando-os para perceber que para se civilizar deveriam abandonar sua condição de “indígena” para se tornar um cidadão. Para as colônias, dizia-se era enviado um sistema educacional de ensino semelhante ao da Metrópole, ensinamentos no âmbito da alfabetização e técnicas para a vida rural, até os anos 1960 para Moçambique. Entretanto, o conteúdo escolar era todo produzido com dados da vida rural de Portugal e não de Moçambique. Estudava-se a fauna e a flora portuguesa, a paisagem, os usos e costumes do povo português. A História e a Geografia para as colônias tinham os conteúdos de Portugal. O passado africano começava com as “Descobertas” e o sistema colonial, que no século XX, teria ganhado uma posição heroica de resistência e preservação de seu império. A história de seus ancestrais era a história dos ancestrais portugueses. (Cabaço, 2009: 115-116)

Para este autor, há ainda o componente agravante da presença de representantes da cultura brasileira, de reconhecida importância intelectual na Metrópole, como o já salientado o caso de Gilberto Freire que reafirma o mérito do Império Português. Nas comemorações da Exposição do Mundo Português, “o Brasil estava representado num pavilhão oficial. Na arquitetura e decoração da exposição eram apresentados os maiores

nomes do chamado movimento modernista, todos reafirmando que a história de Portugal era uma história de “Civilização”. Gilberto Freire era bastante comentado nos discursos de Marcelo Caetano enquanto representando do pensamento de “democracia racial”. Contudo, nas colônias africanas o pensamento de Freire não teve a mesma repercussão e era combatido entre os intelectuais africanos como uma ideia que não cabia para Angola e Moçambique.

Em Guiné, Amílcar Cabral (1975), líder do Partido Africano da Guiné e Cabo Verde e um dos intelectuais mais prestigiados do nacionalismo africano e da luta pela libertação da Guiné, também afirma que Gilberto Freire havia confundido certas realidades, contribuindo para transformar “a todos os que vivemos nas províncias-colônias de Portugal em felizes habitantes de um paraíso lusotropical”. Também o angolano Mário Pinto de Andrade (2002), em vários pronunciamentos na internet também fará altas críticas a Gilberto Freire afirmando que sua obra e pensamentos foram prejudiciais às lutas pela libertação das colônias africanas, servindo de modo apropriado aos interesses de Portugal, onde era bastante comentada, particularmente na década em que a obra foi lançada em plena ascensão do projeto nacional do império salazarista.

Outras questões são levantadas por Lavinia Gasperini (1989: 07). Para ela, além de discutir a educação imposta, trata-se de analisar se o novo sistema educativo preparava ou não os jovens para se inserirem em trabalhos produtivos depois de acabarem a escola, sobretudo no campo da agricultura, onde havia mais carência na economia do país ou se prepara jovens para o setor urbano e comercial, como os discursos da “educação colonial” preconizavam.

Malangatana (1999), escritor e artista africano, também comenta as consequências desta educação para o caso de Angola. Em entrevista a Machado da Graça, ele disse que a educação colonial deixou marcas profundas que são facilmente identificadas na leitura e concepção de inferioridade que alguns angolanos carregam na sua formação e identidade, expressando cotidianamente complexo de povo colonizado,

vendo sua própria cultura e identidade de forma deformada. Sabemos que está também é a imagem reproduzida aqui no Brasil sobre o povo africano, sem desconsiderar os reflexos da educação colonial na própria formação da identidade brasileira. Sob nosso ponto de vista, estas são questões que precisam ser reforçadas e analisadas neste momento em que o Brasil começa a se interessar pela História da África no século XX de forma mais intensa e para um novo perfil de formação do Professor de História.

Numa perspectiva mais geral, compreendemos que a maioria dos estudos enfocam o regime salazarista e sua política sobre a África, mas, ainda não há um estudo aprofundado das práticas e cotidiano escolar no percurso entre a Metrópole e as Colônias, a partir destas últimas. Nos interessamos, portanto, em procurar compreender quais as estratégias cotidianas de recepção e resistência frente aos modelos e sistemas educacionais impostos por Portugal e recepcionados e/ou redefinidos nas realidades de Moçambique e Angola. O que se assimilou e o que se rejeitou dos modelos educacionais nos diferentes níveis escolares? Como a formação de uma mentalidade nacionalista portuguesa serviu ou dispersou à formação de uma mentalidade nacionalista africana? E, principalmente, como a educação colonial funcionava nos diferentes espaços destas colônias, como se davam as recepções e reações, e mesmo as impossibilidades de se efetivar uma tal educação em alguns espaços das comunidades “indígenas”? Estas são nossas questões e que, sob nosso ponto de vista, justificam nossa proposta e nos animam para uma história que pensamos trará muitas reflexões para as mentalidades e imagens construídas na base do colonialismo em África no século XX em nossa própria realidade identitária no âmbito da cultura afro-brasileira.

As abordagens mais comuns do “Império Português” salazarista em relação à África, no séc. XX, têm focado a relação Portugal-África a partir da dominação colonial e as guerras em torno do processo de descolonização, por uma abordagem da política econômica. Por outro lado, não devemos dissociar a política educacional do salazarismo com as suas metas políticas e econômicas do regime, uma estava entrelaçada à outra. A questão que destacamos é aprofundar uma mudança de foco das questões da política econômica do regime para sua política educacional, em relação às

colônias, assim como o funcionamento da política educativa no âmbito interno. Conforme pretendemos aprofundar a educação era um fator primordial para a legitimação e sustentação do regime, mas, também foco de libertação das colônias.

No caso de Portugal, é importante também destacar que Salazar [o Professor] acreditava que tudo passava pela educação, não havendo também uma única finalidade em sua política, desligada de sua ideologia de educação. Augusto José Monteiro, em obra organizada por Luiz Reis Torgal e Heloisa Paulo (2008: 255), conta que para os representantes do salazarismo, no ano de 1934, o processo de transmissão de conteúdos escolares não estava dissociado da doutrinação política e econômica. As escolas são, portanto, para ele edificações onde se “formam as armaduras intelectuais da juventude, devendo a orientação pedagógica orientar os jovens para trabalhar pelo bem da pátria.

De Portugal, temos uma série de trabalhos, que, ainda que sejam de fora para dentro, constituem a base daquilo que se formou, organizou e exportou como política educativa para a África nos tempos de Salazar e donde partiremos para focar a recepção e estratégias de desvios das práticas escolares nas nações aqui destacadas. Por hora, são estas e outras questões de ordem historiográfica que nos levam a pensar a contribuição destes estudos para um debate no âmbito deste evento e entre colegas que têm se dedicado a pensar e estudar a África em nosso tempo presente.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Mário Pinto de. “Subsídios para o estudo biográfico do seu retrato social e intelectual”, In: Inocência Matta & Laura Padilha, **Mário Pinto de Andrade. Um intelectual na política**. Lisboa: edições Colibri, 2002.

BRITO NETO, Manuel. **História e educação em Angola**: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA). (Dissertação). Unicamp, 2005.

CABAÇO, José Luis. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**, São Paulo, Editora UNESP, 2009.

CABRAL, A. Prefácio. *In*: DAVIDSON, B. **A Libertação da Guiné**. Lisboa: Sá da Costa, 1975

GASPERINI, Lavinia. **Moçambique: educação e desenvolvimento rural**. Edizione Lavoro Roma: Coleção do Instituto dos Sindicatos para a Cooperação com os países em desenvolvimento. 1989. ISCOS 8.

GRAÇA, Machado da. "Entrevista a Malangatana". *In*: **Revista Camões** nº 6, 1999. Cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no06-pontes-lusofonas-ii.html>

LIBERATO, Ermelinda. "A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil". *In*: **Cadernos de estudos Africanos**. 2013. Acesso. <http://cea.revues.org/547>

MACHAQUEIRO, Mário Artur. O Ensino na Política Islâmica do Moçambique Colonial: Da ansiedade islamofóbica à miragem do "Islão português". **Cadernos de Estudos Africanos**. 25 (2013) Varia e Recensões. Acesso <http://cea.revues.org/> em 18/05/2014.

RIBEIRO, Gabriel Mithá. "É Pena Seres Mulato!": Ensaio sobre relações raciais. **Cadernos de Estudos Africanos**. 23 (2012). Varia e Recensões. Cf. <http://cea.revues.org/583>, acesso em 17/05/2014.

TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa. **Estados autoritários e totalitários e suas representações Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória**. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2008.

**União dos Escritores Angolanos**: Cf. <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/322-o-papel-dual-da-educa%C3%A7%C3%A3o-em-angola-colonial-instrumento-de-repress%C3%A3o-ou-agente-transformador-da-realidade>

---

---

Texto base a ser discutir no **XXVIII Simpósio Nacional de História [lugares dos historiadores, velhos e novos desafios]**, a se realizar em Florianópolis entre 27 e 31 de julho de 2015.